

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**CONTROLE E FLUXO PROCESSUAL DO PATRIMÔNIO IMOBILIZADO DA UFAM  
COMO FORMA DE MELHORIA PARA TOMADA DE DECISÕES**

**RELATÓRIO FINAL**

**BOLSISTA: OSWALDO RYLBERTH DOS SANTOS COSTA, CNPq.**

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIOMAR DE SALES LIMA**

**MANAUS - AM**

**2014**

## RESUMO

Devido à necessidade que se tem em manter a contabilidade pública em conformidade com os parâmetros trazidos por inovações no setor público, é fundamental a eficiência do controle patrimonial. O presente estudo busca evidenciar o atual funcionamento do controle patrimonial na unidade de análise do setor público de uma unidade administrativa da UFAM. Para isso foi realizada uma pesquisa descritiva a respeito do processo de controle na unidade, tendo-se constatado que esse controle patrimonial é efetuado por meio de um conjunto de procedimentos, adotados pelo Departamento de Patrimônio, voltado à verificação da localização e do estado de conservação dos bens patrimoniais. Também é proposta desse trabalho, sugerir uma forma de controle do patrimônio imobilizado da unidade, para que se possa dar informações cabíveis à Contabilidade Pública e fornecer ao gestor público uma ferramenta eficiente para a tomada de decisões, o qual foi apresentado nos resultados deste estudo.

**Palavras-chave:** Ativo imobilizado, controle do patrimônio, tomada de decisão.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
JUSTIFICATIVA.....	06
OBJETIVOS.....	07
METODOLOGIA.....	08
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
1.1 Ativo Imobilizado.....	10
1.2 Controle Patrimonial.....	11
1.3 Tomada de Decisão.....	13
2 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	15
2.1 Levantamento do Controle Atual.....	15
2.1.1 Controle Patrimonial.....	15
2.1.2 Tombamento.....	16
2.1.3 Movimentação de Bens.....	16
2.1.4 Reparo e Manutenção.....	17
2.1.5 Inventário.....	17
2.1.6 Baixa do Ativo .....	18
2.2 Modelo de Controle e Tomada de Decisão.....	19
CONCLUSÃO.....	21
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23



## 1. INTRODUÇÃO

Até o presente, pouco se estudou sobre os métodos para controlar o patrimônio imobilizado no setor público, cuja finalidade está na tomada de decisões e a correta mensuração desses ativos. Vendruscolo e Salaberry (2011) ressaltam que o processo de produção acadêmica ligado ao setor público encontra-se em seu início, devido à ampla discussão sobre o processo de convergência das normas internacionais da contabilidade e o fato de que a contabilidade aplicada ao setor público esteja alheia ao mercado de capitais, acarretando incompletude na produção acadêmica sobre tal assunto.

Assim, Pereira e Araújo (2006) salientam a importância para as organizações buscarem métodos que permitam o controle e avaliação dos seus ativos, iniciando com a implantação de procedimentos que conduzam a rotina administrativa referente à compra, utilização, registro, identificação e responsabilidade do bem.

No setor privado, Neto e Rodrigues (2006) consideram que os ativos devem ser utilizados como geradores de receitas, trazendo vantagem competitiva às empresas em relação aos concorrentes, ressaltando a importância do administrador, de modo a não correr o risco de aplicar recursos excessivos em investimentos imobilizados e conseqüentemente comprometer o capital de giro da empresa.

Quanto ao setor público, Torres e Silva Júnior (2003) enfatizam que mesmo sendo diferente das organizações privadas em que o mercado é totalmente competitivo, o controle de patrimônio nas organizações públicas, que geralmente possuem elevado investimento em imobilizado, torna-se base para uma eficiente melhoria na administração de seus recursos e desempenho de suas atividades.

Neste contexto, nos últimos anos a contabilidade aplicada ao setor público passou por uma intensa busca de aproximação aos procedimentos internacionais, esse fato trouxe às entidades públicas a necessidade de melhorar a qualidade da informação contábil ao seu usuário, com o objetivo de proporcionar mais consistência às demonstrações, para que haja uma gestão positiva dos recursos e bens patrimoniais públicos (CARVALHO, LIMA E FERREIRA, 2012).

Por outro lado, como a contabilidade pública enfrentou durante muito tempo,

por ausência de atualizações de normativos e definições de diretrizes concretas acerca de necessidade de controle de ativos, a desatualização nos procedimentos e critérios contábeis de mensuração, reconhecimento e controle de ativo imobilizado, resultando em um processo falho de informações provenientes da contabilidade com descaracterização da realidade patrimonial (CARVALHO, LIMA E FERREIRA, 2012).

Dessa forma, Silveira (2012) estudou os impactos da implantação obrigatória dos cálculos de depreciação, fazendo um levantamento de informações em 20 entes públicos em Santa Catarina, demonstrando a importância do controle de ativos e cálculo de depreciação, evidenciando seu impacto no resultado econômico da organização e melhorias no sentido informacional da contabilidade.

Ante ao exposto e ainda considerando as exigências da teoria contábil de avaliação de ativos, formulou-se a seguinte questão-problema:

***Como estruturar o processo de controle do patrimônio imobilizado em uma instituição pública, de modo a propiciar a mensuração do real valor dos ativos, com vistas a subsidiar na tomada de decisões?***

## 2. JUSTIFICATIVA

Com o processo de convergência das normas da contabilidade adotadas no Brasil, bem como as normas internacionais, houve a necessidade de a contabilidade pública seguir os parâmetros que as inovações trouxeram e garantir ao setor público a eficiência no controle patrimonial, devendo refletir as alterações que nele ocorrem (FALCÃO, 2010).

Outrora, por muito tempo a contabilidade pública deixou em segundo plano o trabalho de demonstrar informações concretas voltadas ao controle de ativo imobilizado, visto que priorizava aspectos contábeis orçamentários, não dando tanta importância na administração dos recursos desses bens, e conseqüentemente não gerando benefícios, cálculos de depreciação e teste de recuperabilidade, os quais possibilitam futuros benefícios econômicos à organização pública (SILVA, 2009).

Seguindo essa linha, Torres e Junior (2006) ressaltam a importância de controlar a entradas e a existência do bem na organização pública, enfatizando que se tal processo não ocorrer, a contabilidade deixa de cumprir seu papel de registrar o fato contábil e exprimir a realidade patrimonial.

Portanto, para a comunidade acadêmica este estudo visa agregar ainda mais o campo de pesquisa relacionado ao setor público, no que tange ao controle patrimonial tão pouco explorado como fonte de pesquisa. E, para os que no âmbito público utilizam a contabilidade no processo de tomada de decisões, o estudo visa a estruturação no processo de controle do ativo imobilizado em uma entidade pública, não apenas no sentido de manter um controle restrito, mas também como aperfeiçoamento do processo de tomada de decisões, trazendo contribuições com base na estrutura patrimonial da organização e do mesmo modo, evidenciando um controle patrimonial que possa gerar bases de valores confiáveis, atualizadas de acordo com as novas diretrizes contábeis e informações detalhadas de localização do bem na organização.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral:**

Examinar o fluxo processual do Patrimônio imobilizado de uma unidade administrativa da Universidade Federal do Amazonas, de modo evidenciar a influência desse controle no processo de decisão do gestor público.

#### **3.2 Objetivos Específicos:**

- Identificar na unidade de análise o atual processo de controle do ativo imobilizado em todas as suas fases;
- Apontar os aspectos referentes à mensuração, avaliação e controle contábil atual de ativos imobilizados, de modo a inferir sobre a sua adequabilidade com as novas exigências da contabilidade aplicada ao setor público;
- Propor uma estrutura de controle de ativo imobilizado consistente, de acordo com as novas proposituras normativas;
- Evidenciar a importância desse controle para o processo de tomada de decisão do gestor público, apontando os benefícios econômicos.



#### 4. METODOLOGIA

Para alcançar uma possível resposta ao problema formulado, pretende-se realizar um estudo de natureza descritiva do atual processo de controle de ativo imobilizado de uma unidade administrativa da UFAM (unidade de análise), toda sua estrutura e funcionamento, descrevendo cada etapa do processo, procurando fazer uma análise em relação à necessidade de adequação às novas exigências da contabilidade, e a partir disso relatar quais pontos devem ser reestruturados.

Deste modo, os procedimentos utilizados foram a pesquisa documental e a pesquisa participante, baseados em registros de entradas do ativo imobilizado, relatórios analíticos de controles internos, carga dos bens imobilizados, notas de lançamento contábeis, e outros dados dos sistemas de informação voltados para o controle patrimonial.

Também foi usada a pesquisa bibliográfica, baseando-se nas normas atuais da contabilidade e diversos autores no que se refere à área pública da contabilidade, artigos científicos voltados ao tema, pesquisa na internet, sendo fundamental ao embasamento da pesquisa. A abordagem do problema é qualitativa, a qual propõe uma melhoria no processo atual voltado aos ativos imobilizados e busca evidenciar a influência do controle confiável do patrimônio imobilizado no processo de decisão do gestor público e os benefícios para a organização pública.

A pesquisa de campo foi iniciada com a requisição de autorização formal dos gestores da unidade de análise, com a apresentação das contribuições da pesquisa, a fim de garantir a legalidade do objeto de pesquisa, sem que atrapalhasse o funcionamento rotineiro da unidade de análise e obtivéssemos uma permissão para o levantamento dos registros de controle, análise de arquivos e documentos que serão relevantes à pesquisa.

Após tais procedimentos formais e confirmação da permissão, a pesquisa consistiu na observação do processo atual de controle de imobilizado da unidade, pesquisa em documentos, registros contábeis, controles internos e entrevistas com respostas abertas aos profissionais responsáveis por esse trabalho de controle da unidade, a fim de conhecer profundamente o funcionamento de controle desde a aquisição do bem até sua baixa. Objetivou-se a partir disso, constatar as eventuais

não adequações de acordo com as novas exigências contábeis públicas e no que se refere a não eficiência para as decisões dos gestores da unidade.

Dando continuidade, utilizou-se um *checklist*, como forma de possibilitar o controle patrimonial e o fluxo processual nos moldes das novas exigências da contabilidade pública, formulando um passo a passo para a unidade implementar todas as etapas de adequações ao processo de controle patrimonial, e desta forma contribuir para a geração de informações patrimoniais confiáveis.

## **5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta seção aborda-se a base teórica do processo de investigação, estando composta de três tópicos nos quais se abordam os principais conceitos, composição e características de Ativo Imobilizado, bem como os principais aspectos inerentes ao Controle Patrimonial e tomada de Decisões.

### **5. 1 Ativo Imobilizado: conceitos, composição e características**

O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens e direitos necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível. O imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados.

De acordo com Ludícibus (1997), a característica fundamental de um ativo consiste em sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade que os têm individualmente ou conjuntamente com outros ativos e fatores de produção, capazes de se transformar, direta ou indiretamente, em fluxos de entrada de caixa. O autor afirma que o estudo do ativo é um dos aspectos fundamentais na Contabilidade, porque a sua definição e avaliação estão ligadas à multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas.

Para Adail (2013), os bens do ativo imobilizado, representam uma parcela significativa dos ativos de uma empresa. Esses bens têm uma permanência prolongada na companhia e são utilizados na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para locação a terceiros, ou para finalidades administrativas, enfatizando a importância de um bom gerenciamento desses itens e por meio disso, obter informações para a tomada de decisão.

Para Menegat (2009), o bem para se enquadrar como ativo imobilizado deve ter três pontos característicos, que são: natureza relativamente permanente, ser utilizado na operação dos negócios e não se destinar à venda.

É importante ressaltar que com a Lei 11.638/2007 em vigor desde 01/01/2008, criou-se o Ativo Intangível, no qual se classificam os direitos para bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. Como exemplos desses bens destacam-se as marcas e patentes, que antes eram registradas no Ativo Imobilizado.

O Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público define ativo imobilizado como o item tangível mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

Ainda de acordo com o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os ativos imobilizados são divididos em:

**Bens Móveis** - compreende o valor da aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, para a produção de outros bens ou serviços. São exemplos de bens móveis as máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática (equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação), móveis e utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, bens móveis em andamento, entre outros.

**Bens Imóveis** - compreende o valor dos bens vinculados ao terreno que não podem ser retirados sem destruição ou dano. São exemplos deste tipo de bem os imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, entre outro.

O presente trabalho, por sua vez, trata de assuntos relacionados aos bens do ativo imobilizado classificados como móveis, no qual devem ser controlados de forma efetiva e condizentes com os relatórios que a contabilidade oferece ao gestor.

## **5. 2 Controle Patrimonial**

Segundo Marangoni (2012), o patrimônio público consiste em tudo aquilo que pode ser avaliado em moeda corrente e que satisfaça as necessidades públicas, sendo este pertencente à União, aos Estados, aos Municípios, ao Distrito Federal ou aos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de qualquer ente da federação.

O gestor que tem em mãos um controle confiável de seu patrimônio possui um leque de informações em suas mãos. Torres e Junior (2006), afirmam que pelo controle analisa-se o passado e o presente, bem como se estabelece bases de ação para o futuro. Por meio do controle planejam-se tanto as inspeções periódicas, fixação de chapas de tombamento dos bens móveis, como também fiscaliza-se toda a movimentação.

Segundo Torres e Junior (2006), o *Controle Patrimonial* consiste nas ações que assegurem, por meio de registros e relatórios, a coleta de dados relativos à identificação, existência, quantidade, localização, condições de uso e histórico dos bens patrimoniais, desde a sua primeira inclusão no patrimônio (ou relacionamento), até a sua baixa final, seja qual for o motivo.

O Controle tem início desde a entrada do bem na unidade, o qual deve ser recebido por funcionário específico e vir acompanhado de documento fiscal. Conforme explicam Torres e Junior (2006), todo o material que der entrada nas Unidades Gestoras virá acompanhado de documento comprobatório, confeccionado em pelo menos duas vias (uma para recibo), como NF, Fatura, Termo de Cessão, Termo de Doação, Guia de Remessa, Guia de Transferência, Guia de Produção, Ato Declaratório, entre outros.

Outro ponto relevante ao Controle Patrimonial é o tombamento referente ao registro do bem como bem público e o agente responsável pela guarda do mesmo. Marangoni (2012) explica que o processo de tombamento dos bens móveis deve ser resguardado por termo de responsabilidade, descrevendo, no mínimo, o bem objeto do tombamento, sua identificação de registro na organização e o agente responsável por sua guarda e zelo.

Em seguida, temos o inventário que consiste no levantamento de todos os bens registrados com informações de localização, quantidade e valor em determinada data, para que seja confrontado com o bem físico em uso. De acordo com Marangoni (2012), o inventário é ferramenta pela qual se pode determinar a condição dos bens públicos, apurar responsabilidades pela guarda e utilização e manter os princípios de organização da Administração Pública, dispostos no Decreto Lei 200 de 25 de fevereiro de 1967.

De acordo com a Instrução Normativa 205/88 da Sedap, são cinco os tipos de inventários físicos:

*“Anual: destinado a comprovar a quantidade dos bens patrimoniais do acervo de cada unidade gestora, existente em 31 de dezembro de cada exercício constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício (tombamentos, baixas, transferências);  
Inicial: realizado quando da criação de uma unidade gestora, para identificação e registro dos bens sob sua responsabilidade;  
De transferência de responsabilidade: realizado quando da mudança do dirigente de uma unidade gestora;  
De extinção ou transformação: realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora;*

*Eventual: realizado em qualquer época, por iniciativa do dirigente da unidade gestora ou por iniciativa do órgão fiscalizador.”*

No inventário devem ser avaliados alguns aspectos importantes, como as condições de uso do bem em questão, caso seja verificado encontra-se totalmente obsoleto, o mesmo deverá ser baixado do ativo imobilizado da entidade, evidenciando, dessa forma, a realidade física em conforme com os relatórios de controle do ativo.

Segundo o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a baixa do valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ocorrer por sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação. Quando o item é baixado, os ganhos ou perdas decorrentes desta baixa devem ser reconhecidos no resultado patrimonial.

Desta forma, há uma enorme necessidade por parte dos órgãos de que se tenha o controle patrimonial, não somente com o intuito de controle, mas principalmente como subsídio à tomada de decisões.

### **5.3 Tomada de Decisão**

Em sentido amplo, a contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica, pois refere-se à coleta, apresentação e interpretação dos fatos econômicos. Mesmo nas economias mais simples, é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros. Se falarmos das complexas economias modernas, o papel da contabilidade se torna ainda mais importante. Uma vez em que há escassez de recursos, é preciso escolher entre as melhores alternativas, e para identificá-las são necessários os dados contábeis, além do embasamento nos Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade.

Segundo Ludícibus (2008), a partir do correto registro dos fatos contábeis, a contabilidade torna-se uma ferramenta que permite a emissão de relatórios contábeis com o objetivo de fornecer a posição financeira do setor público para os grupos de pessoas e de interesses que necessitam da informação contábil. Desta forma, os principais interessados na utilização de informações contábeis são os administradores das instituições, também responsáveis pela tomada de decisões que afetam o patrimônio da empresa.

Szuster (2008), por sua vez, afirma que para os demonstrativos financeiros cumprirem com o objetivo de informar de forma completa, clara e transparente, as

informações devem ser preparadas de acordo com os princípios contábeis de contabilidade e preservando seus atributos de forma que tornem as demonstrações úteis ao seu usuário. No entanto, a contabilidade não deve ser entendida como um fim em si mesma, para interpretar os dados por ela fornecida, é necessário que se tenha profundo conhecimento de sua natureza e das limitações que lhes são inerentes.

Portanto, no que diz respeito à importância da contabilidade na tomada de decisão, podemos afirmar que a contabilidade é a causa e o efeito da atividade econômica no setor público. Causa porque seu aprimoramento permite informações mais confiáveis que estimulam os gestores a avançar em suas atividades. Efeito porque o avanço da atividade econômica praticamente obriga o desenvolvimento da pesquisa e da metodologia contábil

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção apresenta-se o resultado final da pesquisa, originado da análise dos dados, os quais foram evidenciados e analisados em consonância com os aportes teóricos que guiaram a investigação, conforme se expõe nas seções seguintes.

### **6.1 Levantamentos do Controle Atual**

#### **6.1.1 Controle Patrimonial**

O Controle Patrimonial é efetuado por meio de um conjunto de procedimentos, adotados pelo Departamento de Patrimônio, voltado à verificação da localização e do estado de conservação dos bens patrimoniais. O controle físico tem caráter permanente, em decorrência da própria necessidade de acompanhamento da posição físico-financeira do ativo imobilizado.

Fazem parte desses procedimentos o controle de localização, o estado de conservação e utilização do bem. O controle de localização consiste em verificar se o bem está situado no local em que foi cadastro na entrada, qualquer divergência de informações entre a localização e o local de cadastro deverá ser alterada pelo departamento.

O controle de conservação consiste em verificar as condições do bem, a fim de evitar a deterioração do mesmo e por consequência a redução da vida útil, essa verificação busca assegurar que o bem esteja em perfeito estado para utilização. Esse controle é realizado no decorrer dos inventários locais ou no inventário anual das unidades de localização, no qual são identificados os seguintes estados de conservação:

- Novo - refere-se ao bem comprado e que se encontra com menos de um ano de uso;
- Bom - quando estiver em perfeitas condições e em uso normal;
- Ocioso - quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;
- Recuperável - quando sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento de seu valor de mercado;
- Antieconômico - quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;



- Irrecuperável - quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

O controle de utilização consiste em verificar se o bem está sendo utilizado de forma adequada, cumprindo as normas técnicas do fabricante, a fim de evitar o mau uso do bem.

### **6.1.2 Tombamento**

O tombamento envolve o processo inicial do controle patrimonial, deve ser realizado sempre no momento em que o bem entra fisicamente na instituição e envolve desde o lançamento do bem no Sistema Patrimonial até a assinatura e arquivamento dos Termos de Responsabilidade, dando a responsabilidade pela guarda daquele bem.

A afixação de plaquetas também faz parte do processo de tombamento e deve ser observado alguns aspectos como: fácil visualização em casos de inventários futuros, afixação em áreas planas do bem, não afixação nas extremidades, e áreas que possam gerar deterioração da plaqueta devem ser evitadas.

### **6.1.3 Movimentação de Bens**

A movimentação de bens entre as unidades deverá ser comunicada formalmente ao Departamento de Materiais, que fará o registro dentro do sistema de controle.

A movimentação de bens móveis na unidade gestora dar-se-á por: empréstimo, transferência de carga patrimonial, necessidade de reparo e manutenção.

### **6.1.4 Reparo e Manutenção dos Bens**

Antes de um bem ser retirado da unidade para reparo ou manutenção, o Departamento de Materiais deverá ser informado, o qual deve inspecionar se o bem está no prazo de garantia ou se possui algum contrato relacionado à manutenção do mesmo.

A retirada de um bem para reparo deve ser feita mediante atribuição de responsabilidade ao servidor encarregado do respectivo serviço ou envio do bem para manutenção externa e esta deve ser precedida de autorização do gestor para a execução do serviço.

### **6.1.5 Inventário**

O inventário consiste em um levantamento dos dados registrados no sistema de Controle do Patrimônio, em confronto com a localização física, esse instrumento de controle permite o ajuste dos dados escriturais com o saldo físico de bens patrimoniais por unidade alocada, verifica-se também dentro do processo de inventário, o levantamento da situação dos bens em uso e a necessidade de manutenção ou reparos, a verificação da disponibilidade dos bens da unidade, bem como o saneamento do acervo.

### **6.1.6 Baixa do Ativo**

A baixa do ativo deve ocorrer quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação.

As seguintes situações geram o processo de baixa:

- Devolução de bens em comodato;
- Erros de tombamento;
- Doação;
- Extravio;
- Por furto ou roubo;
- Por sinistro;
- Por venda;
- Por avaria;
- Por indevida incorporação;
- Por dação;
- Bens inservíveis.

O processo de baixa deve obedecer as seguintes formalidades:

- Capa;
- Ofício do responsável pela guarda do bem encaminhado ao seu superior imediato e justificando a sua solicitação, acompanhado de laudo técnico pela área de manutenção ou empresa especializada quando necessário;
- Parecer do Departamento de Patrimônio;

- Despacho do Dirigente máximo da unidade gestora autorizando a baixa do bem;
- Baixa no sistema patrimonial da unidade;
- Encaminhamento à área contábil para processamento no SIAFI.

## **6. 2 Modelo de Controle e Tomada de Decisão**

A importância de se ter controle efetivo dentro da unidade levou à necessidade de encontrar formas para executar e controlar a carga de ativos imobilizados em suas unidades. Devido ao processo de convergência na contabilidade pública, torna-se necessário que o modelo de controle patrimonial também contribua com informações necessárias à contabilidade pública atual para o cumprimento de suas normas, entre elas a NBC T 16.10, que trata sobre conceito, aplicação do teste e em quais ativos deve ser aplicado, processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação da perda por *impairment*.

Diante disso, sugere-se neste estudo a adoção de um modelo de controle patrimonial a fim de beneficiar os usuários da informação, além de auxiliar os usuários da informação na toma de decisão e contribuir para que o patrimônio seja evidenciado de forma precisa nos relatórios contábeis, conforme ilustra o Quadro 1.

Item		
Descrição do ativo		
Número de Tombamento		
Tempo de vida útil esperado (em Anos)		
Existe demanda ou necessidade do ativo?	SIM	
	NÃO	
Existe dano físico no ativo?	SIM	
	NÃO	
Estado de Conservação?	Ótimo	
	Bom	
	Regular	
	Péssimo	
Encontra-se inativo ou com plano de não ser usado mais?	SIM	
	NÃO	
Encontra-se inativo ou com plano de não ser usado mais?	SIM	
	NÃO	

Quadro 1: Modelo de Controle Patrimonial.

Para tanto, o gestor público precisa ter em mãos as informações referentes ao patrimônio que envolve sua competência, para que sejam executadas as ações necessárias às necessidades do setor administrado.

O modelo de controle patrimonial sugerido, mostra ao setor público a quantidade de bens que estão com vida útil zerada, se o bem está sendo utilizado, bem como seu estado de conservação, ou se está ocioso. Essas informações evidenciam ao gestor público a necessidade de investir em bens novos, de manter apenas o que realmente estar sendo utilizado ou efetuar um melhor aproveitamento de seus bens.

Assim, o modelo de controle patrimonial torna-se ferramenta para informações exigidas pela contabilidade pública e conseqüentemente informações que auxiliem na tomada de decisão.

## 7. CONCLUSÃO

A Contabilidade aplicada ao setor público tem como principal finalidade fornecer informações de caráter econômico, financeiro, social e patrimonial aos gestores para uso no processo decisório, e a sua utilização para esse fim, pode ter grandes influências no futuro da entidade. Seus relatórios fornecem avaliações dos fatos passados a fim de compreender o presente e fazer possíveis estimativas para o futuro. Desse modo, torna-se indispensável que os gestores tenham conhecimento da importância em explorar todas as funções da contabilidade, as quais refletem a realidade da entidade e contribuem para o seu processo de gestão.

Neste sentido, durante a realização do estudo percebeu-se que as normas contábeis atuais exigem informações mais detalhadas a respeito do patrimônio público, visto que o controle atual não fornece aos usuários da contabilidade informações precisas, que possam ser utilizadas nos relatórios contábeis para evidenciar a realidade patrimonial.

A partir dessa necessidade, formulou-se um modelo de controle patrimonial, que contribui não só para o efeito de controle, mas que também atua com relevância no processo de tomada de decisão, na avaliação patrimonial, em cálculos de depreciação e perda por *impairment*.

Assim, espera-se que essa pesquisa contribua com o processo de gestão, e para o debate e ampliação das discussões sobre as questões que permeiam o uso da contabilidade como instrumento de tomada de decisão.

## 8. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Descrição	Ago/12	Set	Out	Nov	Dez	Jan/13	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Leitura de textos/ficham.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Pesquisa de campo		X	X	X	X	X						
Red.prel.Relatório Final							X	X	X			
Elab.do Res.e Rel. Final										X	X	X
Prep.da Apres.Final p/ o Congresso												X

X – Etapas realizadas

X – Etapa a ser realizada

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAIL, Willians. **A importância do gerenciamento do ativo imobilizado.** Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-importancia-do-gerenciamento-do-ativo-imobilizado/74147/>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

BRASIL. **Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007.** Dispõe da alteração e revogação da Lei 6.404/76, e da Lei 6.385/76 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 de dez. de 2007.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - Parte II**, Procedimentos Contábeis Patrimoniais. 5. ed. Brasília - Distrito Federal: STN/Ministério da Fazenda, 2012.

CARVALHO, Rafael de Moura fé; LIMA, Diana Vaz de; FERREIRA, Lucas Oliveira Gomes. **Processo de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado no setor público face aos padrões contábeis internacionais: Um estudo de caso na Anatel.** Revista Universo Contábil - v. 8, n. 3, p. 62-81, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos técnicos contábeis.** Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 24 mai. 2014.

FALCÃO, Patrícia Garone Figueira. **Critérios de Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação da Depreciação no Setor Público à Luz da Teoria da Contabilidade, da Legislação Brasileira e das Normas da IFAC.** V Curso de Especialização em Contabilidade Pública da UNB, 2010.

IUDÍCIBUS S., *et al*/ FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FEA/USP. **Manual de Contabilidade das Sociedades Por Ações (Aplicável às Demais Sociedades).** 7 Edição. Editora Atlas. São Paulo. 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARANGONI, Antônio Marcos. **Patrimônio Público Municipal, a necessidade de regulamentação de legislação para os bens móveis municipais**. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71841/000873269.pdf?sequence=1>>. Acesso: 03 de mai. de 2014.

MENEGAT, Célio José. **Ativo Imobilizado: Um estudo exploratório dos impactos no patrimônio da empresa**. Curso de Ciências Contábeis. Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, 2009.

NETO, João Martins Fagundes; RODRIGUES, Decir Simões. **Administração de recursos patrimoniais**. VII Ciclo de estudos de administração das faculdades integradas Vale do Ivaí - UNIVALE, p.6-21, 2008.

PEREIRA, Eduardo da Silva; ARAÚJO, Ademilson Ferreira de. **Gestão Eficiente Do Ativo Imobilizado E Seus reflexos dentro de uma organização**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis – Ano IV, n. 8, 2006.

SILVA, Lino Martins da. **A nova contabilidade pública: Manuais da STN em audiência pública**. Disponível em <<http://linomartins.wordpress.com/2009/04/01/a-nova-contabilidade-publica-manuais-da-stn-em-audiencia-publica/>>. Acesso: 30 de mar. de 2013.

SILVEIRA, Danieli Jaci. **Estudo dos Impactos da Resolução CFC Nº 1.136/2008 nos Entes Públicos Estatais: Depreciação**. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

SZUSTER, Flávia Rechtman; SZUSTER, Fernanda Rechtman. **Contabilidade geral: Introdução à contabilidade Societária**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.



TORRES JÚNIOR, Fabiano; SILVA, Lino Martins da. **A importância do Controle contábil e extra-contábil dos bens permanentes adquiridos pela administração pública federal.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ – v.8, n.2, p.11-38, 2003.

VENDRUSCOLO, Maria Ivanice; SALABERRY, Jonatas Dutra. **Padrões de contabilidade pública para as propriedades, instalações e equipamentos: uma análise da IPSAS 17 e das normas nacionais convergentes ao padrão internacional.** 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2011.